AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 002511-115 517 700 Cables: OAU, AddisAbaba
website : www. africa-union.org

**CONSELHO EXECUTIVO**
**Vigésima-Quinta Sessão Ordinária**
**20-24de Junho de 2014**
**Malabo, Guiné Equatorial**

**EX.CL/845(XXV)**
**Original: Inglês**

# RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE O ESTADO DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS COMITÉS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

# RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE O ESTADO DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS COMITÉS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

## I. INTRODUÇÃO

1. Os Comités Técnicos Especializados (CTE), que constituem um importante órgão técnico da União Africana (UA), foram estabelecidos nos termos do Artigo 25º do Tratado da Comunidade Económica Africana (Tratado de Abuja). Com a transformação da Organização para a UA, os CTE foram criados ao abrigo do Acto Constitutivo da União Africana nos termos dos Artigos 14º a 16º.

2. Os CTE devem trabalhar em estreita colaboração com os diversos departamentos da Comissão, de modo a forneceremcontribuições bem informadas nas suas áreas de especialização para o trabalho do Conselho Executivo. Devem igualmente ser envolvidos no desenvolvimento do programa de monitorização e implementação pela UA e das CER, em nome do Conselho Executivo.

## II. CONFIGURAÇÃO ACTUAL DOS CTE

3. A nova configuração e nomenclatura que foi decidida após várias contribuições e endossada pela Conferência, através da Decisão Assembly/AU/Dec.227(XII), aprovada em Fevereiro de 2009, é a seguinte:

(1) *Comité da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente;*
(2) *Comité de Finanças, Assuntos Monetários, Planeamento Económico e Integração;*
(3) *Comité de Indústria e Comércio e Minerais;*
(4) *Comité de Transportes, Transcontinental e Infra-estrutura inter-regional,Energia e Turismo;*
(5) *Comité de Género e Empoderamento das Mulheres;*
(6) *Comité de Justiça e Assuntos Jurídicos;*
(7) *Comité para o Desenvolvimento Social, Laboral e Emprego;*
(8) *Comité de Serviços Públicos, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização;*
(9) *Comité de Saúde, População e Controlo de Drogas*;
(10) *Comité de Migração, Refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente;*
(11) *Comité da Juventude, Cultura e Desporto;*
(12) *Comité de Educação, Ciência e Tecnologia;*
(13) *Comité das Comunicação e TIC*;
(14) *Comité de Defesa e Segurança.*

4. No mesmo sentido, a Conferência deliberou o seguinte:

*"2. SOLICITA à Comissão que elabore uma análise detalhada das implicações financeiras das reuniões dos CTE que estão a quem das cifras se os CTE fossem realizados numa base anual ou bienal;*

*3. SOLICITA IGUALMENTE à Comissão para preparar actividades detalhadas dos CTE, com vista a evitar a sobreposição e garantir coerência e harmonia com oportfólio da Comissão;*

*4. SOLICITA AINDA a Comissão a trabalhar com o Comité de Representantes Permanentes (CRP) e fazer recomendações sobre a periodicidade adequada das reuniões dos CTE para a próxima Sessão Ordinária da Conferência, através do Conselho Executivo em Julho de 2009. "*

5. Na implementação da Decisão da Conferência acima referida, a Comissão considerou e preparou um relatório estabelecendo as actividades detalhadas, a periodicidade das reuniões e as implicações financeiras de acordo com os parágrafos 3º e 4º acima referidos da Decisão da Conferência. Este relatório foi apresentado à Conferência que adoptou a Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) da seguinte forma:

*"2. ADOPTA, em princípio, a proposta das actividades detalhadas dos catorze (14) CTE conforme estão contidas no Relatório da Comissão;*

*3. DETERMINA que cada CTE deve reunir-se ao nível de Ministros e de peritos uma vez em cada dois (2) anos, com excepção do CTEde Finanças, Assuntos Monetários, Planeamento Económico e Integração, o CTE sobre Género e Empoderamento das Mulheres e oCTEda Defesa e Segurança reúne-se uma vez por ano em sessão ordinária e uma Sessão Extraordinária em caso de necessidade;*

*4. SOLICITA à Comissão, em colaboração com o Comité dos Representantes Permanentes (CRP) através dos seus Subcomités de Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras para determinar as implicações financeiras das reuniões de cada CTE;*

*5. DETERMINA que o Mecanismo de Coordenação dos CTE será compostopelos vários Gabinetes dos CTE, a fim de garantir que os CTE tenham uma visão global das políticas, programas e actividades da União Africana; AUTORIZA que se reúne uma vez por ano e que os Presidentes dos vários CTE se façam presentesnas sessões do Conselho Executivo;*

*6. DETERMINA IGUALMENTE que a Comissão seja responsável pela convocação e manutenção de todas as reuniões dos CTE, a fim de assegurar a sinergia com outros órgãos e, em especial, com o Conselho Executivo, bem como outras instituições;*

*7. SOLICITA à Comissão para operacionalizar os CTE a partir de Janeiro de 2013 e, posteriormente, as Conferências Ministeriais Sectoriais serem abolidas".*

6. No entanto, durante a Vigésima-primeira Sessão Ordinária realizada em Julho de 2012, em Adis Abeba, Etiópia, o Conselho Executivo aprovou a Decisão EX.CL/Dec.701 (XXI) de adiar a operacionalização dos CTE de Janeiro de 2013 a Janeiro 2014, conforme foi recomendado pela Comissão.

7. Na sequência da adopção da decisão adiando a operacionalização dos CTE, a nova Comissão (Funcionários Eleitos) considerou o assunto da operacionalização dos CTE durante uma reunião ordinária que teve lugar em Novembro de 2012. Neste sentido, foi decidido que todos os departamentos que tivessem problemas na implementação das Decisões sobre os CTEdeveriam trazê-los para a atenção dos Órgãos Políticos.

8. É de recordar que, no passado, a Comissão suscitou dificuldades relacionadas com a configuração dos CTE, tal como haviam sido adoptados pela Conferência, em Janeiro de 2009. De facto, quando o assunto foi levantado em Junho de 2011 durante a reunião do CRP antes da Cimeira de Malabo, alguns Estados-membros argumentaram que nenhum pedido de reconfiguração deveriase entreter antes da Comissão começar com a implementação da nova reconfiguração dos CTE. Parece fundamental operacionalizar os CTE e depois fazer-lhes uma avaliação, com o objectivo de fazer recomendações para a sua reconfiguração possível nos Órgãos Políticos da UA.

## III. ESTADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DOS CTE

9. Até ao momento apenas o CTE da Defesa e Segurança foi operacionalizado mediante a reconfiguração dos CTE e da adopção das suas actividades detalhadas pelas Decisões da Conferência aprovadas em Janeiro de 2009 e Julho de 2011, respectivamente. É de salientar que esteCTEestava a operacionalizar antes da Decisão do Conselho adiar a operacionalização dos CTE.

10. Conforme solicitado pelas Decisões dos Órgãos Políticos, a primeira sessão do CTE sobre a Justiça e Assuntos Jurídicos está prevista para Maio de 2014 a fim de analisar o seu Projecto de Regimento e os vários Projectos de Instrumento Jurídico.

11. Para implementar a Decisão do Conselho de Julho de 2012, a Comissão, através do Gabinete de Conselheiro Jurídico elaborou um Projecto de Regimento de vários CTE. Os projectos de Regimentos serão apresentados a cada CTE para apreciação e, posteriormente, ao Conselho para aprovação, conforme previsto no Artigo 16º do Acto Constitutivo. Posteriormente, algumas dificuldades relacionadas com a configuração actual do CTE podem ser dirigidas pelos seus respectivos Regimentos.

## IV. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

12. A operacionalização dos CTE entrará em vigor em Janeiro de 2014 e, posteriormente,a abolição das Conferências Ministeriais Sectoriais do seu formato actual na mesma data. Em virtude da Decisão acima referida do Conselho, se permanecer em vigor, não haverá uma base legal para convocar Conferências Ministeriais Sectoriais fora dos CTEe submeter os seus resultados aos Órgãos Políticos, a partirda Decisão de Malabo em relação à abolição das Conferências Ministeriais Sectoriais mediante a operacionalização dosCTE.

13. Como não é possível operacionalizar alguns CTE de Janeiro de 2014, os Órgãos Políticosdeveriam considerar adiar a operacionalização de alguns CTE até Janeiro de 2015, tendo em conta o facto de que o CTEda Defesa e Segurança tem vindo a operacionalizar e o CTE de Justiça e de Assuntos Jurídicos irá realizar a sua primeira Sessão Ordinária a partir de 06 a 16 de Maio de 2014, em Adis Abeba (Etiópia).

14. Neste contexto, a Comissão gostaria de propor à consideração da Conferência através do Conselho Executivo as seguintes recomendações:

*i. A Conferência deveria tomar nota do Relatório da Comissão sobre o Estadode Operacionalização dos CTE;*

*ii. A Conferência deveria solicitar a Comissão em colaboração com os Gabinetes das várias Conferências Ministeriais Sectoriais para prosseguir e finalizar o processo de operacionalização dos CTE remanescentes de Janeiro de 2014 a Dezembro de 2014, depois dos quais, todas Conferências Ministeriais Sectoriais serão abolidas e, posteriormente, decidir que nenhumaproposta de orçamento será considerada para a realização de Conferências Ministeriais Sectoriais de Janeiro de 2015;*

*iii. A Conferência deveria igualmente solicitar a operacionalização de todos os CTE e avaliá-los depois, com o objectivo de fazer recomendações para a sua possível reconfiguração para a Conferência, através do Conselho Executivo;*

*iv. A Conferência deveria solicitar à Comissão para apresentarao Conselho Executivo, através do CRP, um Relatório de Progresso sobre a operacionalização dos CTE em Julho de 2016.*

**ANEXO**

**MATRIZ DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO (CTE)**

| NOME DO CTE (Decisão Assembly/AU/Dec.227 (XII) aprovada em Janeiro de 2009) | COMPOSIÇÃO | REUNIÃO NA BASE ANUAL OU BIENAL | ESTADO DA OPERACIONALIZAÇÃO | DEPARTAMENTOS RESPONSÁVEIS |
|---|---|---|---|---|
| **1. CTE de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente** | 1. Ministros responsáveis pela Água, Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;<br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE | **Uma vez em cada dois anos**<br>(Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovado em Julho de 2011) | - Ainda não está em operação<br>- Desenvolvido o Projecto do Regimento | **Agricultura e Economia Rural** |
| **2. CTE para os Assuntos Financeiros, Monetários, Planeamento Económico e Integração** | 1. Ministros responsáveis por Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económicae Integração;<br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE. | **Anual**<br>(Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho de 2011) | - Ainda não está em operação;<br>- Projecto de Regimento | **Assuntos Económicos** |

| NOME DO CTE (Decisão Assembly/AU/Dec.227 (XII) aprovada em Janeiro de 2009) | COMPOSIÇÃO | REUNIÃO NA BASE ANUAL OU BIENAL | ESTADO DA OPERACIONALIZAÇÃO | DEPARTAMENTOS RESPONSÁVEIS |
|---|---|---|---|---|
| **3. CTE do Comércio, Indústria e Mineração** | 1. Ministros responsáveis por Comércio e Indústria, Mineração e Recursos Minerais;<br><br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE | **Uma vez em cada dois anos**<br><br>(Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho em Julho de 2011) | - Ainda não está em operação;<br><br>- Desenvolvido o Projecto de Regimento | **Indústria e Comércio** |
| **4. CTE de Transporte, Infra-estruturas Transcontinentais e Inter-regionais, Energia e Turismo** | 1. Ministros responsáveis por Transporte, Infra-estruturas, Energiae Turismo;<br><br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE. | **Uma vez por cada dois anos**<br><br>(Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho de 2011) | - Ainda não está em operação;<br><br>- Desenvolvido o Projecto de Regimento | **Infra-estrutura e Energia** |
| **5. CTE do Género e de Empoderamento da Mulher** | 1. Ministros responsáveis por Assuntos de Género e Empoderamento da Mulher; | **Anual**<br><br>(DecisãoAssembly/AU/D | - Ainda não está em operação;<br><br>- Desenvolvido o | **Direcção de Género e da Mulher** |

| NOME DO CTE (Decisão Assembly/AU/Dec.227 (XII) aprovada em Janeiro de 2009) | COMPOSIÇÃO | REUNIÃO NA BASE ANUAL OU BIENAL | ESTADO DA OPERACIONALIZAÇÃO | DEPARTAMENTOS RESPONSÁVEIS |
|---|---|---|---|---|
| | 2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE. | ec.365 (XVII) aprovada em Julho de 2011) | Projecto de Regimento | |
| **6. CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos** | 1. Ministros da Justiça/Procuradores-Gerais, os Ministros responsáveis por questões tais como os direitos humanos, constitucionalismo e Estado de Direito;<br><br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE. | **Bienal (Uma vez por cada dois anos)**<br><br>(Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho de 2011) | - A 1ª Sessão será realizada a partir de 6 a 14 de Maio de 2014 (Peritos) e de 15 a 16 de Maio de 2014 (Ministros)<br><br>- Desenvolvido o Projecto do Regimento e será analisado pela primeira sessão antes de ser apresentado ao Conselho Executivo para a Aprovação de acordo com o Artigo 16º do Acto Constitutivo. | **- Gabinete do Conselheiro Jurídico**<br><br>**-Assuntos Políticos** |
| **7. CTE parao Desenvolvimento** | 1. Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento | **Bienal(Uma vez por cada dois anos)** | - Ainda não está em operação; | |

| NOME DO CTE (Decisão Assembly/AU/Dec.227 (XII) aprovada em Janeiro de 2009) | COMPOSIÇÃO | REUNIÃO NA BASE ANUAL OU BIENAL | ESTADO DA OPERACIONALIZAÇÃO | DEPARTAMENTOS RESPONSÁVEIS |
|---|---|---|---|---|
| **Social, Laboral Emprego** | Social, Laboral e Emprego;<br><br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE. | (Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho de 2011) | - Desenvolvido o Projecto de Regimento | **Assuntos Sociais** |
| **8. CTE dos Serviços Públicos, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização** | 1. Ministros responsáveis pelos Serviços Públicos, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização;<br><br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE. | **Uma vez por cada dois anos**<br><br>(Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho de 2011) | - Ainda não está em operação;<br><br>- Desenvolvido o Projecto de Regimento | **Assuntos Políticos** |

| NOME DO CTE (Decisão Assembly/AU/Dec.227 (XII) aprovada em Janeiro de 2009) | COMPOSIÇÃO | REUNIÃO NA BASE ANUAL OU BIENAL | ESTADO DA OPERACIONALIZAÇÃO | DEPARTAMENTOS RESPONSÁVEIS |
|---|---|---|---|---|
| **9. CTE da Saúde, População e Controlo de Drogas** | 1. Ministros responsáveis pela Saúde, População e Controlo de Drogas;<br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE. | **Uma vez por cada dois anos**<br>(Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho de 2011) | - Ainda não está em operação;<br>- Desenvolvido o Projecto de Regimento | **Assuntos Sociais** |
| **10. CTE da Migração, Refugiados e DI** | 1. Ministros responsáveis porMigração, Refugiados e DI;<br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE. | **Uma vez por cada dois anos**<br>(Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho de 2011) | - Ainda não está em operação;<br>- Desenvolvido o Projecto de Regimento | - **Assuntos Sociais**<br>- **Assuntos Políticos** |
| **11. CTE da Juventude, Cultura e Desporto** | 1. Ministros responsáveis pela Juventude, Cultura e Desporto;<br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que | **Uma vez por cada dois anos**<br>Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho | - Ainda não está em operação;<br>- Desenvolvido o Projecto de Regimento | **- Assuntos Sociais**<br>**- Recursos HumanosCiência e Tecnologia** |

| NOME DO CTE (Decisão Assembly/AU/Dec.227 (XII) aprovada em Janeiro de 2009) | COMPOSIÇÃO | REUNIÃO NA BASE ANUAL OU BIENAL | ESTADO DA OPERACIONALIZAÇÃO | DEPARTAMENTOS RESPONSÁVEIS |
|---|---|---|---|---|
| | estão dentro das áreas de competências do CTE. | de 2011) | | |
| **12. CTE da Educação, Ciência e Tecnologia** | 1. Ministros responsáveis pela Educação, Ciência e Tecnologia;<br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE. | **Uma vez por cada dois anos**<br>Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho de 2011) | - Ainda não está em operação;<br>- Desenvolvido o Projecto de Regimento | **Recursos Humanos Ciência e Tecnologia (RHCT)** |
| **13. CTE da Comunicação e TIC** | 1. Ministros responsáveis pela Comunicação eTIC;<br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE. | **Uma vez por cada dois anos**<br>Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho de 2011) | - Ainda não está em operação;<br>- Desenvolvido o Projecto de Regimento | **-Infra-estrutura e Energia**<br>**-Informação e Comunicação** |
| **14. CTE de Defesa, Protecção e** | 1. Ministros responsáveis pela Defesa, | **Anual** | - Ainda não está em operação; | **Paz e Segurança** |

| NOME DO CTE (Decisão Assembly/AU/Dec.227 (XII) aprovada em Janeiro de 2009) | COMPOSIÇÃO | REUNIÃO NA BASE ANUAL OU BIENAL | ESTADO DA OPERACIONALIZAÇÃO | DEPARTAMENTOS RESPONSÁVEIS |
|---|---|---|---|---|
| **Segurança** | Protecção, Segurança eAssuntos Fronteiriços;<br><br>2. Peritos responsáveis pelos sectores que estão dentro das áreas de competências do CTE. | (Decisão Assembly/AU/Dec.365 (XVII) aprovada em Julho de 2011) | - Desenvolvido o Projecto de Regimento | |

**AFRICAN UNION UNION AFRICAINE**

**African Union Common Repository** **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2014

# Report of the commission on the operationalization of specialized technical committees (STCS)

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4567

*Downloaded from African Union Common Repository*